



Brasil precisa olhar para os desafios internos para traçar objetivos para transição energética, apontam especialistas



Autor

Natália Bezutti

Publicado

01/Jul/2021 16:16 BRT

Categoria

Planejamento, Sustentabilidade

O Brasil possui uma matriz elétrica 83% renovável e de baixa emissão de gás carbônico. Mas pensando na segurança energética e num processo de transição, painelistas que participaram do evento [Do Apagão à Transição](#), realizado pela MegaWhat nesta quinta-feira, 1º de julho, apontam que falta uma visão de futuro de onde se pretende chegar na matriz e consumo e mais adequada aos desafios internos.

A realidade de que temos uma matriz elétrica renovável é inegável, segundo Rui Chammas, CEO da ISA Cteep, mas pensando que não haverá a construção de grandes hidrelétricas no horizonte do planejamento, é necessário traçar o futuro, para continuar renovável, com baixo impacto social e ambiental, além de garantir a competitividade econômica.

“Mesmo tendo essa matriz renovável, baseada em hidrelétricas que tanto nos serve até hoje, se eu só investir em eólica e solar, como eu fecho uma equação para garantir energia de base estável e que o país continue sendo industrializado com confiabilidade no dia a dia? Isso que é absolutamente fundamental”, disse Chammas.

O executivo da transmissora ainda complementou que “o que nos trouxe aqui não nos levará mais adiante. Os desafios são outros”. A visão sobre o futuro da matriz foi compartilhada pelos demais painelistas, como [Alexandre Uhlig](#), Diretor de Assuntos Socioambientais e Sustentabilidade do [Instituto Acende Brasil](#)

Para [Uhlig](#), o setor elétrico fez uma opção de não construir mais hidrelétricas com grandes reservatórios, optando pela flexibilidade do sistema. Isso significa, que quando não há os recursos naturais, as térmicas precisam ser acionadas. Mas mesmo com o acionamento de todas as termelétricas, a emissão do setor é muito menor do que outros segmentos, como da indústria e transporte.

Com a operação total do parque termelétrico, o diretor do [Acende Brasil](#) estima que as emissões passam de 20 milhões de toneladas de CO2 para cerca de 60 a 70 milhões de toneladas.

“Triplicamos, mas quando olhamos o todo, estamos falando de 2,5% a 3% (de emissões) para todas as usinas, no máximo 4% quando estávamos numa curva descendente de desmatamento. O Brasil está com uma visão das emissões de CO2 comparando a do setor elétrico da Europa. Nós precisamos olhar para o Brasil, porque temos problemas muito específicos, muito sérios, e estamos olhando para um problema que não é o nosso”, destacou Uhlig.

Ana Beatriz Mattos, superintendente de Novos Negócios na B3, concorda e explica que não existe uma receita exata para ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e que a referência internacional nem sempre pode ser aplicada como uma solução única para diferentes países.

“Nosso problema não é só gerar energia limpa. Nosso problema é gerar energia limpa de uma forma que tenha menos impactos ambientais e que também leve energia para grande parte da população, ou de toda a população, que seria o ideal e é o que todos queremos”, disse Mattos.

Por isso, para ela, é importante avaliar qual a intencionalidade das ações que estão sendo tomadas em ESG, quais os objetivos finais, e não esperar que elas partam apenas dos reguladores, governo ou das empresas.

“E isso está sendo requerido de todos nós, das empresas, e na pessoa física também. O importante aqui, além do que é a nossa dotação inicial, é qual a intenção que temos e o que queremos fazer disso”, completou a executiva.